



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / XI (___ª)

PERGUNTA Número 1007 / XI (1ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>22/01</u> /20 <u>10</u>
O Secretário da Mesa

Assunto: **Situação de risco na Lagoa de Óbidos, no Distrito de Leiria**

Destinatário: **Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP tomou conhecimento da situação do corpo central da Lagoa de Óbidos, considerado de grave em relação ao seu assoreamento e que aliás se tem vindo a agravar nos últimos anos, de uma forma acentuada.

Esta situação e esta evolução preocupante, conjugadas com a ausência continuada de intervenção por parte das entidades competentes (designadamente o INAG), levou a que o emissário de águas residuais que atravessa a praia da Foz do Arelho ficasse a descoberto, havendo perigo sério e actual de ruptura do mesmo.

O presente problema foi objecto de uma tomada de posição recente do poder local, nomeadamente com uma Moção aprovada a 29/12/2009 pela Assembleia Municipal das Caldas da Rainha. De acordo com este órgão autárquico, o INAG comprometeu-se durante todo o último ano a intervir de imediato em caso de urgência, o que se considera ser manifestamente o caso. No entanto, e ainda segundo a Assembleia Municipal das Caldas da Rainha, o INAG tem sido contactado mas “continua numa atitude de completa e inexplicável inércia”.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, o seguinte:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Quais as explicações que o governo tem perante esta inércia do INAG?
3. Que medidas serão tomadas para pôr cobro a esta situação e agir de forma concreta na defesa da Lagoa de Óbidos, do equilíbrio do seu ecossistema, e da qualidade de vida das populações?

Assembleia da República, 22 de Janeiro de 2010.

O Deputado,

Bruno Dias